

ELEIÇÃO DA COORDENADORA CONCELHIA DE LISBOA DO BLOCO DE ESQUERDA

21 DE ABRIL DE 2018

PROGRAMA

Lista B - Direito à Cidade conquista-se à Esquerda

Temos em mãos a responsabilidade de construir uma esquerda socialista, plural, combativa e influente, capaz de ser alternativa popular a nível local e nacional.

O foco do trabalho em Lisboa é o direito à cidade. Somos alternativa à agenda da especulação, da exclusão e da segregação urbana.

Damos todo o apoio ao vereador Ricardo Robles e a todos/as eleitos/as bloquistas para mudar Lisboa: travaremos as lutas necessárias para acabar com a lei das rendas e dos despejos, combater a pobreza e as discriminações, não deixar o urbanismo nas mãos da especulação imobiliária, defender o Estado social, o ambiente e a participação cidadã.

1. A palavra às/aos aderentes – Todos/as são precisos, todas/os têm lugar

Assumimos as diferenças entre nós como estímulo para a nossa pluralidade criativa. Tanto no que queremos – a participação de todos/as como condição democrática para decidir, como no que não queremos – um Bloco compartimentado, institucionalizado, onde não há lugar para todos/as, desligado da vida dos que partilham esta cidade.

Uma direção tem a obrigação de promover, organizar e criar espaço e tempo para o debate entre todos/as, para o ativismo e para a participação nos temas, nas áreas e nos combates que cada um/a queira abraçar. Não há uns mais importantes do que outros e não nos resignamos a um partido eleitoralista, atrofiado e sem espaço para o trabalho voluntário e militante.

Queremos descentralização e maior capacidade de definição de objetivos, de coordenação e de articulação. Formação, apoios e meios, rotinas de discussão, de iniciativa e de participação interna potenciadoras da coerência das intervenções. Ativismo com conteúdos. **É para isto que serve uma Concelhia. Isto é fazer política.**

2. O direito à cidade conquista-se à esquerda

O direito à cidade choca com a visão mercantilista e neoliberal da cidade. Estamos nessa fronteira, sem hesitações.

Direito à cidade é todos/as poderem aceder aos bens que a cidade inclusiva e participativa deve proporcionar; a habitação e transportes, o espaço público e os serviços públicos, desde logo a saúde e a educação, até à cultura e à segurança. Lisboa é a cidade com menor número de médicos de família por habitante. O número de centros de saúde é insuficiente. É à esquerda que a função social da cidade é prioritária.

O direito à cidade é como todos os direitos: tem de ser conquistado. O Bloco tem de estar na primeira linha deste combate.

3. Um acordo para fazer a diferença e construir uma alternativa

As autárquicas de 2017 elegeram em Lisboa um vereador do Bloco, mais eleitos na Assembleia Municipal e nas freguesias. O PS, sem maioria absoluta, teve de negociar.

Somos intransigentes na exigência de cumprimento do acordo.

O acordo é uma oportunidade e só faz sentido para nos ligarmos mais às pessoas e **construirmos uma alternativa política com futuro.**

O acordo não pode “amarrar” os eleitos, vereador e deputados municipais, a não combaterem a especulação imobiliária e o turismo desregulado.

O nosso carácter combativo, popular e determinado em mudar a cidade não está condicionado. O Bloco assume a mobilização e participação cidadã de todas as lutas pelo direito à cidade.

4. Nova lei das rendas – Contra o despovoamento - Defender quem cá mora

O aumento brutal das rendas da habitação e a vaga de despejos estão a empobrecer muitas famílias. Está em causa o direito à habitação e a Câmara (PS) deixou andar.

A lei das rendas do Governo PSD/CDS é a causa primeira da especulação imobiliária e da expulsão dos lisboetas da sua cidade.

Há 3 mil famílias com carência habitacional grave a precisarem de realojamento. Os bairros sociais necessitam de reabilitação. Há freguesias a perder população nos últimos dois anos de forma acentuada. Os preços das rendas tornaram-se incontroláveis até para salários médios.

Vamos apoiar quem cá mora, lutaremos para mudar a lei das rendas e controlar o alojamento local. Baixar as rendas e estabilizar contratos de arrendamento. As 3 mil famílias precisam de ser realojadas rapidamente. O governo, a câmara e o turismo têm de pagar a reabilitação/construção de habitação pública. **Esta é a campanha política necessária e urgente. Ninguém pode ficar para trás.**

5. Descarboxionar a cidade – arejar as mentalidades

A cidade organizada em função do automóvel é o maior contrassenso quando se quer combater as alterações climáticas, defender o ambiente e a qualidade de vida urbana.

A limitação da entrada de carros nas áreas centrais de Lisboa e o transporte público não poluente fazem parte da solução. A mudança começa já na maior oferta de transporte público e pelo **bilhete diário a preço acessível e universal para todos os transportes públicos à escala metropolitana.**

Não podemos continuar à espera, a descarboxinação já era para ontem.

6. Cidadania e eco urbanismo

Eco urbanismo é ter **visão global dos problemas e garantir a participação cidadã**. É recusar a segregação urbana e social que serve os interesses imobiliários e especulativos. Não chega ficar pelo formalismo das consultas públicas obrigatórias, nem sequer pelo orçamento participativo.

Queremos mais mecanismos de participação, queremos **mais referendos locais**

A promoção da **agricultura urbana e dos circuitos curtos de produtos agroalimentares** (aproximar a produção do consumo) é um desígnio para toda a cidade, para a ocupação dos espaços e dos tempos livres, como complemento de rendimento familiar ou apenas para autoconsumo. A cidade tem de saber partilhar o espaço com os animais.

Os projetos, entre outros, para a Praça de Espanha e Rato são operações urbanísticas com forte componente especulativa que não trazem qualquer mais valia para a cidade.

O espaço público não é privatizável e tem de ser qualificado e participado. Queremos praças e bairros com as características que os tornam diferentes.

7. Alimentação adequada é direito universal

Sabemos de situações de desnutrição ou de má nutrição, principalmente em grupos sociais mais vulneráveis, que afetam desde os mais pequenos até aos mais velhos. Combater as desigualdades exige uma política municipal intersectorial que assegure a **concretização do direito humano a uma alimentação adequada para todas/os**.

O Bloco quer que Lisboa tenha uma estratégia de alimentação e nutrição, com a participação dos moradores e das comunidades.

8. Discriminações são contra o direito à cidade

Venham de onde vierem, as **discriminações são atentados ao direito pleno à cidade** e à cidadania. Queremos uma cidade orgulhosamente multicultural e multiétnica, que defendemos. Queremos ser uma cidade que combate todas as violências, incluindo a doméstica. Lutamos por uma cidade que promove a igualdade de género, que protege os/as de mais idade, que é amiga das crianças, que combate a exclusão, a pobreza e a morada da rua.

9. Integração dos precários no município e nas freguesias

O PREVPAP abriu a possibilidade de integração dos trabalhadores precários dos municípios, das empresas municipais e das freguesias. Se no município se está a fazer o caminho, o mesmo não acontece nalgumas empresas municipais e em algumas freguesias onde está a haver muita resistência para que tal aconteça.

É preciso que os autarcas do Bloco lutem pela **regularização de todas as situações para que ninguém fique excluído**.

10. Cidade de cultura ao invés de cidade do espetáculo

Também na política cultural, assistimos à turistificação por parte da CML que aposta em eventos para a gestão de espaços e manifesta desinteresse no trabalho com os agentes da cultura, coletividades, grupos de cidadãos. É preciso incentivar o trabalho, promovendo a criação de públicos, a sua fixação e o enriquecimento cultural. Todo o apoio às coletividades recreativas culturais e desportivas, aos grupos de teatro e aos artistas da cidade em todos os campos de produção artística.

Numa cidade que cresce cada vez mais fortemente polarizada, o acesso à cultura não pode ser mais um fator de marginalização e de acentuação dessa polarização. **Lutamos pela cultura para a liberdade, a democracia e a participação.**

11. Reforçar rede de influência e de ação a partir das freguesias e da cidadania – Todas/os são precisos, todos/as têm lugar

O alargamento e consolidação da influência política na cidade começa nas freguesias, na proximidade e na comunicação que geram. A nossa presença autárquica em 19 freguesias traz novas oportunidades e responsabilidades ao Bloco.

Reforçar o trabalho em rede de todos os autarcas de freguesia e entre estes e os eleitos nos órgãos do município é uma prioridade.

É o trabalho de proximidade em ligação permanente com a população que permite um melhor conhecimento dos seus problemas e propostas de solução. A plena intervenção do Bloco ao nível dos órgãos do município só será possível se estiver em permanente diálogo com esta rede de autarcas das freguesias e dos diversos ativistas e grupos de trabalho sectorial.

Um projeto político que não chega aos locais, às freguesias e aos bairros, é um projeto fechado e elitista.

Faremos reuniões mensais com todos os/as autarcas para fazer circular informação, articular propostas, preparar apoio mútuo e dinamizar iniciativas dentro e fora das autarquias.

A nossa política começa nos bairros e nas freguesias. Onde todos/as são precisos. Todas/os têm lugar.

Promoveremos ligações internacionais com partidos da esquerda europeia ao nível das respetivas organizações concelhias, nomeadamente nos municípios europeus onde a Esquerda conquistou o poder autárquico.

Lisboa, Abril 2018